

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.456 - AL (2020/0069994-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**
RECORRIDO : **EDICIULA ARAUJO DA SILVA**
ADVOGADO : **MARLIVAN LEITE - AL013011**
RECORRIDO : **TERESINHA DE JESUS SILVA**
ADVOGADO : **RONALDO GONÇALVES LIMA - AL015898**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Departamento Nacional de Obras Contra as Secas** com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 413/414):

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. PRELIMINAR DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA. UNIÃO ESTÁVEL COMPROVADA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS.

1. Apelação interposta pelo DNOCS em face de sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, condenando-o à implantação de pensão por morte em favor da autora, no percentual de 50%, permanecendo os outros 50% com a atual beneficiária-ré (TEREZINHA DE JESUS DA SILVA).

Condenou-o, ainda, ao pagamento das parcelas retroativas desde a citação da Autarquia ré, em 04/04/2018, com a incidência de correção monetária e juros de mora pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal. Honorários, em desfavor da autora, fixados em R\$ 25.000,00, a serem repartidos igualmente entre os advogados dos réus, sujeitos à condição suspensiva em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Honorários, em desfavor de cada réu, fixados em R\$ 1.550,00, com fulcro no art. 85, §3º, I, do CPC/2015.

2. Sustenta o apelante, preliminarmente, a carência da ação, tendo em vista que a autora teria confessado, em audiência, que nunca requereu a pensão administrativamente, não havendo que se falar em pretensão resistida por parte do DNOCS. No mérito, aduz que a apelada não trouxe a este processo provas que atestassem sua dependência econômica em relação ao falecido instituidor da pensão, muito menos a existência de uma união estável entre ambos. Subsidiariamente, pugna pela a) aplicação do art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009 na correção das parcelas pretéritas; b) implantação do benefício apenas a partir do trânsito em julgado da decisão; c) não condenação em honorários sucumbenciais,

em razão de a apelada jamais haver apresentado qualquer pedido de pensão na esfera administrativa, nem apresentado provas suficientes de dependência e união estável.

3. Inicialmente, importa afastar a alegação de ausência de interesse de agir. Em que pese não haver postulação administrativa da autora ao benefício de pensão pelo falecimento de servidor público, verifica-se que o DNOCS adentrou no mérito da demanda, quando ofereceu contestação, caracterizando-se, assim, a pretensão resistida e tornando desnecessária a formulação de novo pedido na esfera administrativa. Nesse sentido é o entendimento desta eg. Segunda Turma: TRF5, 2ª T., PJE 0800206-67.2014.4.05.8001, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, data do julgamento:

19/06/2018.

4. Os dependentes fazem jus, por morte do servidor, a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, sendo beneficiários: b) a a) o cônjuge; pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia; c) o d) a companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar; mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor. (arts. 215 e 217, da Lei 8.112/1990, com redação vigente à época do óbito do instituidor, em 20/11/2013).

5. Na hipótese em exame, a condição de companheira do instituidor, à época do óbito (2013), restou devidamente comprovada através dos seguintes documentos: certidão de óbito, na qual conta a autora como declarante; Escritura Pública, expedida em 29 de outubro de 2013, atestando a caracterização da convivência marital entre a autora e o falecido segurado; fatura de banco em nome do falecido constando o endereço da demandante; certidão de nascimento dos seus 07 filhos em comum, sendo a mais nova nascida em 1996; documentos que comprovam que a autora é dependente do segurado em plano de saúde; e fotografias do casal.

6. Frisou o juízo sentenciante que a prova testemunhal colhida em audiência corroborou a conclusão de que a autora e o Sr. Pedro Alves da Silva viveram maritalmente, de forma pública, contínua e duradoura, entre 1976 e a data da morte deste.

7. Devidamente comprovada a condição de companheira, faz a demandante à implantação da pensão jus por morte, a ser dividida com a cônjuge do falecido (já beneficiária desde o óbito), devendo ser mantido o decisum a quo.

8. Não merece prosperar a alegação de que a data de início do benefício deveria ser fixada no trânsito em julgado da

condenação, posto que, em que pese não ter havido requerimento administrativo, a autarquia tomou conhecimento de todos os documentos apreciados, formulando, então, defesa de mérito. Dessa forma, deve ser mantida a sentença no ponto em que fixou o termo inicial do benefício na data da citação da autarquia-ré, em 04/04/2018.

9. A Corte Suprema, quando do julgamento do RE 870.947/SE, com repercussão geral, decretou, quanto à atualização monetária, ser inconstitucional o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009. No tocante aos juros de mora, deve-se observar que, nos termos do citado julgado, sua fixação segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no referido dispositivo legal.

10. Por fim, é devida fixação da verba honorária no patamar de R\$ 1.550,00, uma vez que o DNOCS, no decorrer do processo, resistiu à pretensão autoral, estando o valor em consonância com o disposto no artigo 85, §3º, I, do CPC/2015.

11. Apelação desprovida. Honorários majorados de R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais) para R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais), em desfavor do apelante, com fulcro no art. 85, § 11, do CPC/15, vigente ao tempo da prolação da sentença.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1.521, VI e 1.723, § 1º, do CCB, 27 da Lei nº 9.869/99, 927, §§ 3º e 5º, e 1.035 do CPC e 1º-F da Lei 9.494/97. Defende que, *para que haja regularidade na união estável de um casal, faz-se necessário não haver impedimentos. No presente caso, resta comprovado que o falecido nunca se divorciou de sua esposa, o que representa causa mais que suficiente para não se reconhecer a união estável entre a autora e o ex- servidor (fl. 430).* Invoca o princípio da legalidade. Assevera que, *em se tratando de concubinato, não é possível haver a conversão em casamento, de modo que não pode desfrutar da proteção do Estado (fl. 432).* Pretende a revisão dos critérios de correção monetária.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo não prospera.

Inicialmente, quanto ao tema do índice da correção monetária, verifica-se a existência de juízo de admissibilidade proferido às fls. 482/483, negando seguimento ao apelo nobre, nos termos do art. 1.040, I, do CPC/2015.

No que diz respeito à concessão da pensão por morte, colhe-se do aresto regional a seguinte fundamentação (fls. 412/413):

A pensão requerida pela parte autora está prevista nos arts. 215 e 217, da Lei 8.112/1990, in verbis (redação vigente à época do óbito do instituidor, em 20/11/2013):

(...)

Na hipótese em exame, a condição de companheira do instituidor, à época do óbito (2013), restou devidamente comprovada através dos seguintes documentos: certidão de óbito, na qual conta a autora como declarante; Escritura Pública, expedida em 29 de outubro de 2013, atestando a caracterização da convivência marital entre a autora e o falecido segurado; fatura de banco em nome do falecido constando o endereço da demandante; certidão de nascimento dos seus 07 filhos em comum, sendo a mais nova nascida em 1996; documentos que comprovam que a autora é dependente do segurado em plano de saúde; e fotografias do casal.

Por sua vez, frisou o juízo sentenciante que a prova testemunhal colhida em audiência corroborou a conclusão de que a autora e o Sr. Pedro Alves da Silva viveram maritalmente, de forma pública, contínua e duradoura, entre 1976 e a data da morte deste.

Assim, devidamente comprovada a condição de companheira, faz a demandante à implantação da jus pensão por morte, a ser dividida com a cônjuge do falecido (já beneficiária desde o óbito), devendo ser mantido o . decisum a quo Não merece prosperar a alegação de que a data de início do benefício deveria ser fixada no trânsito em julgado da condenação, posto que, em que pese não ter havido requerimento administrativo, a autarquia tomou conhecimento de todos os documentos apreciados, formulando, então, defesa de mérito.

Dessa forma, deve ser mantida a sentença no ponto em que fixou o termo inicial do benefício na data da citação da autarquia-ré, em 04/04/2018.

Nesse contexto, observa-se que a instância ordinária não debateu a tese segundo a qual o falecido nunca se divorciou de sua esposa, o que representa causa mais que suficiente para não se reconhecer a união estável entre a autora e o ex-servidor, tampouco foram opostos embargos de declaração no intuito de sanar eventual

omissão. Ausente o debate prévio, incide a Súmula 282/STF.

Ademais, a desconstituição das premissas lançadas pelo Tribunal *a quo*, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator